

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Atraso na ‘Conta Covid’ opõe Aneel e MME	2
Título: Recuperação alemã deixa de lado petróleo e mira energia limpa	4
Título: Projeções indicam retomada mais lenta do petróleo.....	7
Título: Destaques	10
Título: Vale retoma minas no Canadá e Itabira.....	10
Título: Produção de petróleo nos EUA é a menor desde 2018 e estoque é recorde.....	12
Título: Governo vai licitar duas áreas minerais	14
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	15
Título: » Novela.	15
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	15
Título: Petrobras sobe preço da gasolina outra vez.....	15

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 19/06/2020****Seção: Empresas****Autor: Letícia Fucuchima — De São Paulo****Título: Atraso na 'Conta Covid' opõe Aneel e MME**

A demora na aprovação do empréstimo emergencial às distribuidoras de energia preocupa o setor elétrico. O processo vem se mostrando mais turbulento que o previsto, e a pressão se acentuou depois de o **Ministério de Minas e Energia (MME)** ter encaminhado um ofício à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) cobrando celeridade na regulamentação do socorro financeiro. Apoiem ou não o ato da pasta, executivos e especialistas ouvidos pelo **Valor** ressaltam que o setor exige uma solução rápida e são quase unânimes na avaliação de que, diante desse imbróglio, a percepção de risco dos investidores tende a crescer.

A “Conta Covid”, como vem sendo chamado o empréstimo ao setor elétrico, está em fase de regulamentação pela Aneel. O colegiado começou a deliberar sobre o tema na segunda-feira, mas diretores tiveram divergências em pontos considerados relevantes para o processo. A votação foi interrompida por um pedido de vista do diretor Efraim Cruz.

Diante do atraso, o MME enviou uma carta à Aneel cobrando de forma enérgica a conclusão da votação, para que o processo junto aos bancos possa ter andamento. No documento, revelado pelo jornal “O Estado de S.Paulo” e posteriormente confirmado pela pasta, o ministro Bento Albuquerque disse que causou “espanto e preocupação” o impasse sobre o tema na diretoria. Até então, não se sabia exatamente quando a Aneel retomaria o processo. Ontem, porém, ele foi incluído na pauta da reunião ordinária da próxima terça-feira.

Na visão de um executivo, que preferiu não ser identificado, o ato do MME é condenável e representa uma interferência explícita na autonomia da Aneel. “Mesmo que não dê em nada, o princípio é grave. Num momento como este, gera instabilidade”, afirma. Ainda de acordo com essa fonte, o episódio passou uma mensagem ruim a investidores. “Se o regulador é dependente, o investidor tem todos os seus contratos, investimentos, dependentes do ministro de plantão. Isso aumenta a percepção de risco e de instabilidade regulatória no país”.

Outro executivo, que também falou sob condição de anonimato, avalia que o governo cruzou uma fronteira que não deveria. “O ofício cita um decreto-lei do tempo do governo militar que não se aplica ao cenário atual, como se o MME fosse um poder superior à agência. A agência foi criada para dar tranquilidade ao mercado de que esse tipo de coisa não aconteceria.”

Já outra ala do setor não viu com temeridade a carta do MME. “Não gostaria de superdimensioná-la, não me pareceu um atentado à independência da agência. Demonstra mais uma impaciência com o andamento do processo”, diz um analista que pediu para não ser identificado.

“Existe uma preocupação legítima, de senso de urgência com a questão”, afirma Lavinia Hollanda, fundadora e diretora executiva da Escopo Energia, consultoria especializada no setor de energia. Para ela, apesar das dificuldades para a liberação da “Conta Covid”, o mercado não mudou seu olhar para o setor elétrico. “Não é a primeira vez que surge uma crise e cai no colo da distribuição. Acho que só nos lembrou de que ele é o segmento que está na ‘linha de frente’”.

Na avaliação de outro agente do setor, a dificuldade de aprovação das regras do empréstimo está muito mais no jogo de forças interno da Aneel do que propriamente nos pontos que estão em discussão, uma vez que a agência já vinha acompanhando de perto todo o processo de criação da “Conta Covid”. “Esse comportamento está prejudicando todo o setor e o país. A percepção de risco do investidor aumentou muito desde a edição do decreto [que regulamenta a operação]. Vamos ter alguma dificuldade para recuperar essa credibilidade”.

Responsáveis pela arrecadação da cadeia do setor elétrico, as distribuidoras vêm sofrendo mais diretamente os prejuízos da pandemia, através da redução do mercado e de maior inadimplência. De acordo com o monitoramento do MME, o impacto estimado da crise sobre as distribuidoras é de R\$ 6,34 bilhões desde 18 de março, sendo R\$ 3,27 bilhões decorrentes do aumento da inadimplência.

Procurados, MME e Aneel preferiram não comentar.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 19/06/2020****Seção: Mundo****Autor: Daniela Chiaretti — De São Paulo****Título: Recuperação alemã deixa de lado petróleo e mira energia limpa**

A Alemanha pavimenta a retomada no pós-pandemia no caminho de descarbonizar sua economia. Há duas grandes mensagens no pacote de recuperação anunciado no início de junho, pela premiê Angela Merkel e pelo ministro das Finanças Olaf Scholz. A primeira é a derrota histórica do lobby dos combustíveis fósseis da poderosa indústria automobilística do país, que receberá recursos públicos apenas para estimular carros elétricos e híbridos. A segunda é a aposta da maior economia da zona do euro no hidrogênio verde, ou seja, produzido apenas a partir de fontes renováveis de energia.

Do pacote total de estímulos de € 130 bilhões, € 50 bilhões foram destinados a novos investimentos em meio ambiente, sustentabilidade e digitalização. Serão recursos voltados à inteligência artificial, à pesquisa e inovação, à mobilidade sustentável, a impulsionar o uso da energia do hidrogênio e estimular o consumo de veículos elétricos, além de apoio ao sistema de saúde e à produção de remédios. Mais da metade dos 50 bilhões de euros são investimentos voltados efetivamente à proteção ao clima e ao meio ambiente.

Uma das críticas de ambientalistas alemães ao conjunto de medidas é o estímulo à produção de carros híbridos, que utilizam tanto energia elétrica como gasolina. Mas eles reconhecem que a política climática tornou-se mainstream no governo Merkel ao receber grande destaque no plano de recuperação econômica do país.

A estratégia foi desenhada nos ministérios da Economia, das Finanças e do Meio Ambiente.

A espinha vertebral dos investimentos alemães para os próximos anos -e décadas, no caso do impulso ao hidrogênio na matriz energética- é climática. A Alemanha tem o compromisso de se tornar um país neutro em carbono em 2050. O exemplo mais evidente é a aposta no hidrogênio.

O país investirá nove bilhões de euros para estimular o novo combustível em sua matriz energética. A estratégia nacional será financiada com sete bilhões de euros. O objetivo é tornar a Alemanha fornecedora mundial de tecnologias verdes a hidrogênio. Os outros dois bilhões de euros serão direcionados a firmar parcerias internacionais com países onde o chamado “hidrogênio verde” pode

ser produzido com eficiência, como o Marrocos e a Espanha, grandes produtores de energia solar.

Para produzir hidrogênio é preciso muita energia, e a Alemanha terá que importar energia renovável de outros países, como o Marrocos e a Espanha, explicou ao **Valor** o embaixador alemão Georg Witschel. A intenção é ajudar a indústria de base alemã - química, de cimento e siderúrgica - a se livrar dos combustíveis fósseis e optar pela produção com menor emissão de gases-estufa.

O forte investimento em hidrogênio adotado pelo governo Merkel foi resultado de um intenso debate no país nos últimos dois anos. Há três tipos de hidrogênio, segundo a fonte de energia utilizada na produção. O “hidrogênio cinza” é produzido a partir de combustíveis fósseis como o carvão. O “hidrogênio azul” é uma forma híbrida, a partir da queima de gás. O verde é totalmente produzido a partir de renováveis. É mais limpo e muito mais caro. O plano incentivou apenas o hidrogênio verde.

A descarbonização total dos transportes e de setores da indústria que precisam de muito calor para sua produção pode ser difícil apenas com energia elétrica gerada através de energias renováveis, explica Luiz Augusto Barroso, ex-presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e presidente da consultoria PSR. “O hidrogênio pode ser o ‘elo perdido’ na transição energética: a eletricidade renovável pode ser usada para produzir hidrogênio que, por sua vez, pode fornecer energia limpa para setores que seriam difíceis de descarbonizar através da eletrificação”, diz.

A Alemanha investirá para ampliar o fornecimento de energias renováveis em 5 GW até 2030 e mais 5 GW em 2040.

“O pacote tem muitos elementos verdes”, diz o embaixador Witschel. “Mas uma de suas mensagens importantes está na omissão: não haverá apoio do governo para carros com motores movidos a gasolina e diesel”

A aposta nos carros elétricos atendeu à demanda da sociedade alemã. Pesquisas indicaram que a maioria era contrária a subsídios a carros mais emissores e poluentes. Os consumidores, contudo, não compram carros elétricos por serem mais caros que os convencionais e pela ainda tímida rede de recarga nas rodovias e nas cidades.

O governo alemão, agora, dará um bônus de 6 mil euros ao consumidor que escolher comprar um carro elétrico, e a indústria se comprometerá com outros 3 mil euros. Isso tornará os carros elétricos mais competitivos. Haverá estímulo financeiro também para ampliar a frota de caminhões e ônibus elétricos.

O plano cruza estímulos sociais às vertentes ambientais. Na Alemanha, por exemplo, há um programa em que idosos podem receber visitas diárias de cuidadores para ver se precisam de algo para começar o dia. Estes assistentes sociais circulam muito, nas cidades, visitando várias casas todos os dias. Agora os cuidadores terão facilidades econômicas especiais para comprar carros menos poluentes.

Deixar de investir recursos públicos em carros movidos a combustíveis fósseis foi um dos pontos mais polêmicos do plano. A indústria, os fabricantes de autopeças, os sindicatos dos metalúrgicos e os governadores dos Estados onde ficam a Volkswagen, a Mercedes-Benz e a BMW pressionaram o governo Merkel. Estimativas indicam que existem mais de um milhão de carros parados nos pátios, sem compradores.

O lobby da poderosa indústria automobilística alemã contou até com o apoio do governador Winfried Kretschmann, de Baden-Württemberg, onde fica a Mercedes. Kretschmann é da Aliança90/Os Verdes e procurou atender a indústria local e os trabalhadores, mas foi vencido.

Políticos sociaisdemocratas, a ministra Svenja Schulze, do Meio Ambiente e até conservadores, como o ex-ministro das Finanças e atual presidente do Parlamento, Wolfgang Schäuble, foram decisivos para negar o bônus de compra de carros a gasolina e diesel.

“O sinal que o plano manda foi que o poderoso lobby da indústria de carros está quebrado”, diz Martin Kaiser, diretor executivo do Greenpeace da Alemanha. “Depois do ‘dieselgate’ perderam reputação. Foi um recado forte de que esta indústria terá que mudar”.

O cientista social Thomas Fatheurer diz que a parte de investimentos verdes do pacote alemão “é bem melhor do que muitos esperavam, especialmente porque não teve um bônus para ajudar os consumidores a comprar carros convencionais”.

Os ambientalistas alemães, embora reconheçam os méritos das iniciativas, dizem que não se trata de um “pacote verde” porque há uma redução de Imposto sobre Valor Agregado (IVA) geral, sem critérios ecológicos.

A redução do IVA é temporária, apenas para este ano, com a alíquota sendo diminuída de 19% para 16%. É uma medida clássica para estimular o consumo, mas sem foco seletivo. É difícil prever o impacto sobre o consumo e a produção, que podem não ser sustentáveis.

“Se o pacote de recuperação reserva 20 bilhões de euros à agenda verde, cria incentivos errados, como o relaxamento do imposto sobre consumo”, critica Kaiser, do Greenpeace.

O pacote de estímulos tem mais de 50 tópicos detalhados e com previsão orçamentária.

Há apoio para pesquisa e inovação para tornar o transporte marítimo e aéreo menos emissor. A estatal ferroviária Deutsche Bahn também receberá investimentos em modernização.

Cerca de 2,5 bilhões de euros serão destinados a pesquisa e desenvolvimento. A intenção é promover projetos verdes e digitais, além de incentivar a pesquisa nas universidades.

Outros dois bilhões de euros serão investidos em um programa de modernização de edifícios, buscando maior eficiência energética e reduzir as emissões de gases do efeito estufa.

No plano de investimentos alemão, as prioridades do futuro serão, além do meio ambiente e da sustentabilidade, a digitalização e a resiliência.

No caminho digital, a Alemanha procura uma terceira via entre os Estados Unidos - onde os dados dos cidadãos são compartilhados com o setor privado - e a China, onde o Estado exerce o controle. Na visão alemã, a digitalização não é uma meta, mas um instrumento transversal a todos os setores. O governo Merkel entende que o país precisa investir para não perder espaço futuro no mercado internacional e na geopolítica.

Resiliência, por sua vez, é um termo na moda no bloco europeu. Ganhou força com a pandemia quando ficou evidente a dependência europeia à produção chinesa. O plano alemão destina 10 bilhões de euros à produção de remédios e apoio ao sistema público de saúde, hospitais e suprimentos.

Por causa da pandemia, a Alemanha estima que o PIB recuará 6,8% este ano, o pior resultado desde a Segunda Guerra Mundial.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 19/06/2020

Seção: Mundo

Autor: Julian Lee — Bloomberg, de Londres

Título: Projeções indicam retomada mais lenta do petróleo

O consumo de petróleo deve se recuperar do impacto da covid-19 mais lentamente do que se previa, embora o pior da destruição da demanda não pareça tão terrível quanto se temia um mês atrás. A demanda global ficará abaixo dos níveis pré-pandêmicos por todo este ano e seguirá assim até o fim de 2021, segundo previsões de duas importantes agências.

A Agência Internacional de Energia (AIE), a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) e o Departamento de Energia dos EUA (DoE) atualizaram recentemente as suas previsões para o mercado de petróleo, sendo que a AIE ampliou seu cenário até o fim de 2021. Seus relatórios são uma leitura deprimente para os produtores que tinham esperanças de uma rápida recuperação da demanda para os níveis em que estava antes de a pandemia levar à maior queda de todos os tempos no consumo de petróleo.

As três projeções concordam que o consumo mundial terá uma queda de 16,6% a 18% no segundo trimestre, em relação a igual período de 2019 - embora esses números estejam sujeitos a revisões por vários meses, à medida que saem mais dados. Esta é a maior queda anual já registrada da demanda de petróleo. Como comparação, durante o pior trimestre da crise financeira de 2008-2009 a queda na demanda foi de apenas 3,4%.

Embora os números sejam muito ruins, a AIE e o DoE estão um pouco menos pessimistas quanto à profundidade da perda de demanda no segundo trimestre do que estavam há um mês. A Opep manteve as estimativas de demanda inalterada em seu último relatório, em relação aos dados que divulgou em maio.

A AIE revisou para cima sua estimativa de sobre a demanda global de petróleo no segundo trimestre em 2,1 milhões de barris por dia, volume que em tempos normais seria considerado enorme. Apesar disso, ainda prevê uma queda anual próxima de 18 milhões de barris/dia. O DoE fez uma revisão semelhante em sua previsão de demanda para o período de abril a junho.

As mudanças refletem, em parte, a rápida recuperação da demanda de petróleo na China. “A robusta saída do país das medidas de quarentena fez a demanda de abril quase voltar aos níveis do ano anterior”, observou a AIE em seu relatório. Mas um novo surto da doença em Pequim mostrou quão rápido esses ganhos podem ser revertidos, com uma queda vertiginosa no uso de veículos nas ruas da cidade devido à reintrodução de medidas de confinamento.

Os novos casos em Pequim, assim como em um frigorífico alemão, e o aumento das taxas de contágio em alguns Estados dos EUA servem todos como alerta de que a volta à normalidade, e com ela a recuperação da demanda de petróleo,

não ocorrerá sem sobressaltos. Essas preocupações são evidentes nas últimas previsões, principalmente as da AIE.

Embora em suas estimativas a agência, que tem sede em Paris, tenha reduzido a profundidade da destruição da demanda, ela também reduziu a previsão de recuperação no segundo semestre deste ano. Agora, a AIE considera que a demanda de petróleo ficará abaixo do nível do ano passado em quase 6 milhões de barris por dia no terceiro trimestre - de uma estimativa anterior de queda inferior a 5,5 milhões de barris. Para o quarto trimestre, a AIE prevê uma diferença quase 4 milhões de barris por dia a menos na demanda.

Segundo a sua primeira previsão para 2021, a AIE espera que, no último trimestre do ano, o consumo mundial de petróleo ainda esteja quase 2 milhões de barris por dia abaixo do nível observado em igual período de 2019. O DoE é mais otimista, e sua previsão de demanda para esse período é de apenas 340 mil barris por dia abaixo de sua avaliação atual para o quarto trimestre de 2019.

Os prognósticos para a demanda realçam a necessidade dos cortes na produção introduzidos pelo grupo de países da Opep+. O cumprimento desses cortes em maio foi avaliado em 87% e deve melhorar nos próximos meses, depois que os países que não estão cumprindo a sua parte forem persuadidos a compensar com cortes mais profundos no terceiro trimestre.

Os estoques mundiais de petróleo devem aumentar em cerca de 1,54 bilhão de barris na primeira metade de 2020, segundo a AIE. A previsão do DoE é um pouco inferior, de 1,35 bilhão de barris. Esses estoques excedentes só começarão a ser reduzidos de novo se os produtores mantiverem a disciplina.

Pelas previsões da AIE e do DoE, se o acordo de cortes na produção da Opep+ for cumprido integralmente por seus participantes e a produção fora do grupo não se recuperar junto com a demanda, cerca de 60% do estoque acumulado no primeiro semestre do ano deve se esgotar no segundo semestre. Isso ainda deixaria algo entre 530 milhões e 600 milhões de barris de estoque excedente no início de 2021. O número não está longe dos 730 milhões de barris acumulados em todo o mundo durante os três anos do primeiro boom do xisto, de 2014 a 2016, e que levou à aliança da Opep+, que ainda tentava lidar com esse excedente quando surgiu a pandemia.

As últimas previsões mostram que os produtores não podem relaxar sua vigilância tão cedo, e aos países da Opep+ resta esperar que seus esforços para sustentar os preços do petróleo não sejam tão eficazes que incentivem os produtores de fora do grupo a reabrirem as torneiras que foram obrigados a fechar quando os preços caíram.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 19/06/2020**Seção:** Empresas**Autor:****Título:** Destaques

O presidente da Cosan, Luis Henrique Guimarães, foi eleito ontem para presidir o conselho diretor da Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca). O mandato de Guimarães tem início num momento em que as companhias precisam lidar com os fortes impactos da pandemia de covid-19. Para o executivo, a pauta mais urgente é a relacionada às repactuações de contratos de dívidas securitizadas, como debêntures, que têm cláusulas de vencimentos antecipados no caso de descumprimento de alguns indicadores (covenants). Segundo Guimarães, os reflexos da pandemia também devem motivar a Abrasca em sua atuação, com o acompanhamento de projetos em elaboração pelo poder público e contribuições com sugestões e propostas que ajudem na aceleração da retomada econômica. Mais a longo prazo, o executivo espera dedicar-se à atuação da entidade na reforma tributária, atualmente fora de debate por causa da pandemia.

Reajuste do aço

Depois do anúncio de aumento de 10,5% nos preços da tonelada do aço feito pela CSN, outras siderúrgicas devem promover reajustes nas próximas semanas. Segundo o presidente do Instituto Nacional dos Distribuidores de Aço (Inda), Carlos Loureiro, já existe movimentação da Usiminas e da ArcelorMittal para promover esse aumento, também a partir de julho. “Aumento de preço vem muito por necessidade das siderúrgicas em função da elevação dos custos. Usiminas e ArcelorMittal também devem anunciar alguma coisa nas próximas semanas. Acredito que deverá ser ao redor de 10% o reajuste de preços promovido por essas companhias”, disse Loureiro.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 19/06/2020**Seção:** Empresas**Autor:** Rafael Rosas — Do Rio**Título:** Vale retoma minas no Canadá e Itabira

A Vale anunciou ontem que espera reiniciar no começo de julho as atividades da mina de níquel de Voisey's Bay, na região canadense de Labrador. Um dia antes, a companhia havia conseguido autorização para retomar a produção de minério de ferro no Complexo de Itabira, em Minas Gerais. Juntos, os retornos das duas

operações mostram que, se não representam tanto nos volumes anuais de produção, significam uma indicação de sucesso da companhia na superação de obstáculos causados pela covid-19.

A retomada das duas operações indica ao mercado que a política de testes massivos da companhia vem sendo bem-sucedida, mostrando uma resposta até o momento eficiente aos problemas que poderiam ser gerados pela pandemia na produção. Em maio, a empresa já tinha retomado as atividades no seu terminal marítimo de Teluk Rubiah, na Malásia, que havia sido paralisado em março, também devido aos riscos criados pela covid-19.

Voisey's Bay estava parada desde março devido à pandemia. A paralisação inicial de quatro semanas foi depois estendida para três meses, com impacto estimado de 6 mil toneladas de níquel no primeiro trimestre e um custo de parada de US\$ 55 milhões.

No comunicado divulgado ontem, a Vale informou que na retomada de Voisey's Bay está incluído o projeto de expansão da mina. A operação da capacidade plena é esperada para agosto.

Ontem, a Vale divulgou que, em linha com os protocolos da Organização Mundial da Saúde de teste, quarentena, rastreamento e tratamento de casos confirmados ou suspeitos, formou parceria com um laboratório de testes privado para fornecer testes PCR a todos empregados que acessem a operação de Voisey's Bay. "A capacidade de teste reforçada permite a identificação, rastreamento e contenção da propagação de qualquer potencial caso de covid-19", destacou a mineradora no comunicado, lembrando que, até o momento, não há casos da doença naquela operação.

Na quarta-feira, já havia acontecido a liberação, pela Subsecretaria de Inspeção do Trabalho, em Minas Gerais, das atividades no Complexo de Itabira, que estava interditado há mais de dez dias por decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, em uma discussão suscitada pelo Ministério Público do Trabalho sobre medidas preventivas de proteção dos funcionários da mineradora na região em relação ao novo coronavírus.

A interdição em Itabira foi comunicada pela Vale ao mercado no dia 6 de junho e acabou contribuindo para que os preços do minério de ferro ficassem acima de US\$ 100 por tonelada no mercado à vista da China.

Na época da interdição de Itabira, o diretor-executivo de minerais ferrosos e carvão da Vale, Marcelo Spinelli, disse ao **Valor** que a interdição em Itabira não comprometia a meta de produção para o ano, entre 310 milhões e 330 milhões

de toneladas para 2020. Em relatório, o BTG Pactual ressaltou que a interdição levou a uma perda de menos de 1 milhão de toneladas para a empresa.

Spinelli também lembrou, na ocasião, que a Vale tinha convergência de interesses com o Ministério Público do Trabalho, uma vez que todos os funcionários que acessavam as operações da companhia passavam por testes de covid-19. Nesse sentido, o que parecia aos procuradores um surto da doença entre funcionários da companhia era na verdade consequência de uma política interna de testes que mostrava a existência de diversos assintomáticos, que não apareciam nas estatísticas oficiais. **(Colaborou Francisco Góes)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 19/06/2020

Seção: Empresas

Autor: Derek Brower — Financial Times

Título: Produção de petróleo nos EUA é a menor desde 2018 e estoque é recorde

A produção de petróleo dos Estados Unidos na semana passada foi a menor desde 2018 e os estoques atingiram seu maior patamar na história, sinais de que o setor petrolífero continua em meio a um excesso de oferta sem precedentes mesmo após o abrandamento da quarentena pela covid-19 e dos esforços do governo americano para estimular a recuperação da economia.

A produção diária teve uma queda de 600 mil barris, para 10,5 milhões de barris, a menor desde março de 2018, segundo a Agência de Informações sobre Energia dos EUA (EIA, na sigla em inglês). Os estoques de petróleo, no entanto, atingiram patamar recorde, de mais de 539 milhões de barris.

A produção dos Estados Unidos havia atingido o recorde de mais de 13 milhões de barris diários em março, pouco antes de os preços do petróleo entrarem em queda livre.

As importações caíram um pouco, mas continuaram altas - inclusive as da Arábia Saudita, cujo fornecimento de petróleo para os Estados Unidos continua perto dos maiores patamares em muitos anos, depois de o presidente Donald Trump ter pressionado o país a encerrar a guerra por participação de mercado que derrubou a cotação da commodity em março.

“Os petroleiros movem-se devagar, daí o atraso entre o aumento na produção da Arábia Saudita em abril e a chegada aos EUA”, disse Giovanni Staunovo, analista de commodities do UBS.

Os Estados Unidos importaram 1,4 milhão de barris diários da Arábia Saudita na semana passada, segundo a EIA, pouco abaixo da semana anterior, mas mais do que o triplo do volume comprado em fevereiro, pouco antes da guerra de preços. As importações de petróleo saudita deverão diminuir gradualmente nas próximas semanas.

A produção americana, afetada também por uma tempestade no Golfo do México, continua em queda apesar da recente onda de recuperação nos preços vista depois do anúncio da extensão dos cortes de produção da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) e de alguns sinais de fortalecimento da demanda.

Alguns consultores acreditam que a produção real nos Estados Unidos está bem abaixo das estimativas da agência de energia do país, mas que em breve deverá recuperar-se, uma vez que os produtores devem retomar as atividades em poços fechados quando os preços desabaram no início do segundo trimestre.

Ontem, o petróleo do tipo West Texas Intermediate (WTI), referencial dos Estados Unidos, para julho fechou negociado a US\$ 38,84 o barril, com alta de 2,31% no dia. Em abril, o WTI chegou a fechar um dia cotado abaixo de zero, diante do temor dos investidores de que o excesso de oferta saturasse a capacidade dos tanques de armazenamento nos Estados Unidos. O petróleo tipo Brent, considerado referência mundial, para agosto fechou ontem com alta de 1,96%, cotado a US\$ 41,51.

Na semana passada, as refinarias americanas consumiram mais petróleo, mas ainda assim cerca de 20% a menos do que no mesmo período do ano passado. A demanda por gasolina no país teve ligeira queda na semana passada na comparação aos dias anteriores. Em relação ao mesmo período de 2019, o declínio girou em torno a 20%, mais um sinal de que a recuperação do setor vem sendo lenta.

“A combinação de aumento nas importações de petróleo pelos EUA e de menor uso pelas refinarias americanas é o principal motor que fez os estoques chegarem a um novo registro recorde”, disse Staunovo. “[Os estoques] seriam ainda maiores se a tempestade tropical Cristobal não tivesse interrompido parte da produção no Golfo do México na semana passada.”

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 19/06/2020****Seção: Empresas****Autor: Ana Paula Machado — De São Paulo****Título: Governo vai licitar duas áreas minerais**

Os projetos estão localizados em Goiás, Pernambuco e Paraíba

O governo começa este mês o processo para concessão de áreas de mineração. O Ministério da Economia abriu as consultas públicas para os leilões para cessão de direitos minerários que compõem os projetos Fostato de Miriri (nos estados de Pernambuco e Paraíba) e Cobre de Bom Jardim de Goiás.

Os ativos são de titularidade do Serviço Geológico do Brasil - CPRM, empresa pública vinculada ao **Ministério de Minas e Energia**. Em nota o Ministério da Economia informou que ambos os projetos foram qualificados como empreendimentos de prioridade nacional no Programa de Parcerias de Investimentos (PPI).

O projeto Cobre de Bom Jardim de Goiás corresponde a um depósito de cobre, cobalto e ouro com área total de 1 mil hectares. Nessa área, o governo estimou recursos minerário de 4,4 milhões de toneladas de cobre com teor médio 0,44%. O lance inicial foi definido em R\$ 2,56 milhões e o leilão será feito pela maior oferta de preço.

Já o projeto Fosfato de Miriri tem cerca de 45 km de extensão. Localiza-se em faixa paralela à costa brasileira, ao sul da cidade de João Pessoa (PB), abrangendo os municípios de Alhandra (PB), Pedra do Fogo (PB) e chegando até Goiana, em Pernambuco. São 6,11 mil hectares de área e com potencial de produção de 55 milhões de toneladas de fosfato. O lance mínimo será de R\$ 2,46 milhões.

Alexandre Sion, sócio do escritório Sion Advogados, especializado em energia e mineração, disse que esses leilões podem atrair muitos investidores estrangeiros, pois são áreas que já têm estudos geológicos que informam o potencial de cada um.

“Passa a ser muito atrativo com o dólar no atual patamar. Além dessas áreas, o governo deverá colocar em leilão outras áreas minerárias que já pertenceram a alguém e que a ANM (Agência Nacional de Mineração) deve licitar. Elas também serão pelo critério de maior preço. É um assunto de muito interesse e tem muita gente fazendo pesquisa para fazer uma proposta”, disse Sion.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 19/06/2020****Seção: Colunas****Autor: ALINE BRONZATI, CYNTHIA DECLOEDT E ANNE WARTH****Título: » Novela.**

Coluna do Broadcast

A pressão do **Ministério de Minas e Energia** para que a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) regulamente o socorro ao setor elétrico o mais rapidamente possível surtiu efeitos, mas não exatamente os desejados pelo governo. O relator do voto-vista, Efrain Pereira da Cruz, enviou novas perguntas às áreas técnicas e à Procuradoria da agência reguladora, com dúvidas sobre a conta-covid. O prazo para que todos respondam é hoje. O tema será discutido na reunião ordinária da próxima terça.

» Muita calma. Diante da cobrança de agilidade do governo, Cruz decidiu separar a discussão da conta-covid em duas decisões, segregando o aspecto financeiro do econômico. Assim, sinaliza que o tratamento dos pedidos de reequilíbrio econômico das distribuidoras, que ensejariam reajustes, ficará para depois – ao menos em seu voto.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Data: 19/06/2020****Seção: Economia****Autor: Simone Kafruni****Título: Petrobras sobe preço da gasolina outra vez**

A Petrobras reajustou os preços dos combustíveis na refinaria. A partir de hoje passam a vigorar aumentos de 5% na gasolina e de 8% no diesel. O impacto na bomba deve ser de R\$ 0,0732 e de R\$ 0,1205 por litro, respectivamente. Na gasolina, é o sexto aumento consecutivo, mesmo assim, no ano, a queda acumulada é de 20,2%, segundo a estatal. Em Brasília, antes do reajuste, os preços estavam variando entre R\$ 3,76 e R\$ 3,99. Além das seis elevações seguidas, praticamente uma por semana desde 7 de maio, houve, também, dois aumentos no Distrito Federal, por conta da mudança na base de cálculo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Embora a Petrobras diga que pratica os aumentos de acordo com a paridade internacional, levando em consideração o preço do barril de petróleo e o câmbio, não há justificativa para os últimos reajustes, na opinião de Paulo Tavares, presidente do Sindicato dos Postos de Combustíveis e Lubrificantes do Distrito Federal (Sindicombustíveis/DF). “São oito aumentos considerando o

ICMS, sendo que o barril do Brent está estável há duas semanas e o dólar também baixou no período”, explicou. “A Petrobras quer fazer caixa”, opinou.

Em 1º de janeiro de 2020, o litro da gasolina estava em R\$ 2,05 na refinaria. Com o reajuste de hoje, vai para algo em torno de R\$ 1,68, portanto, no acumulado, ainda há queda. No entanto, em 7 de maio houve alta de 12%, em 14 de maio, de 10%, em 21 de maio, mais 12%, em 27 de maio, aumento de 7% e, em 9 de junho, mais uma elevação de 10%. Nesta sexta, serão mais 5% de acréscimo.

A demanda pelo combustível também não teve uma recuperação expressiva para justificar a elevação, segundo Tavares. “No Plano Piloto, a queda na demanda por conta das medidas de isolamento social da pandemia foi de 80%. No Entorno, foi menor, mas, na média, ficou 50% abaixo do normal. Se houve recuperação, é algo em torno de 3%, nada significativo”, disse.

O barril de petróleo chegou a cair a US\$ 17, quando a demanda da China despencou no início da pandemia no país asiático e houve uma disputa entre os maiores produtores de petróleo, Arábia Saudita e Rússia. Nos Estados Unidos, o barril teve preços negativos. No entanto, o valor acomodou-se em torno dos US\$ 40 nas últimas semanas. Ontem, o Brent fechou em US\$ 41, com queda de 0,27%.

“Em fevereiro, o preço da gasolina estava em R\$ 1,83 na refinaria. No início da pandemia, a primeira grande queda foi em 13 de março, para R\$ 1,668”, lembrou o presidente do Sindicombustíveis. “No auge da crise, chegou a custar R\$ 1. Agora, vamos voltar ao patamar do início da pandemia”, comparou.

No caso do diesel, o motivo do reajuste é a falta de biodiesel. Tanto que a Agência Nacional de Petróleo (ANP) fez uma resolução, esta semana, para reduzir, temporariamente, de 12% para 10%, a mistura do produto no diesel. Em 9 de junho, houve o último leilão de biodiesel para o período de julho e agosto, e as distribuidoras alertaram que os preços foram muito altos e que isso teria reflexo no preço do diesel na bomba.

MME / ASCOM .